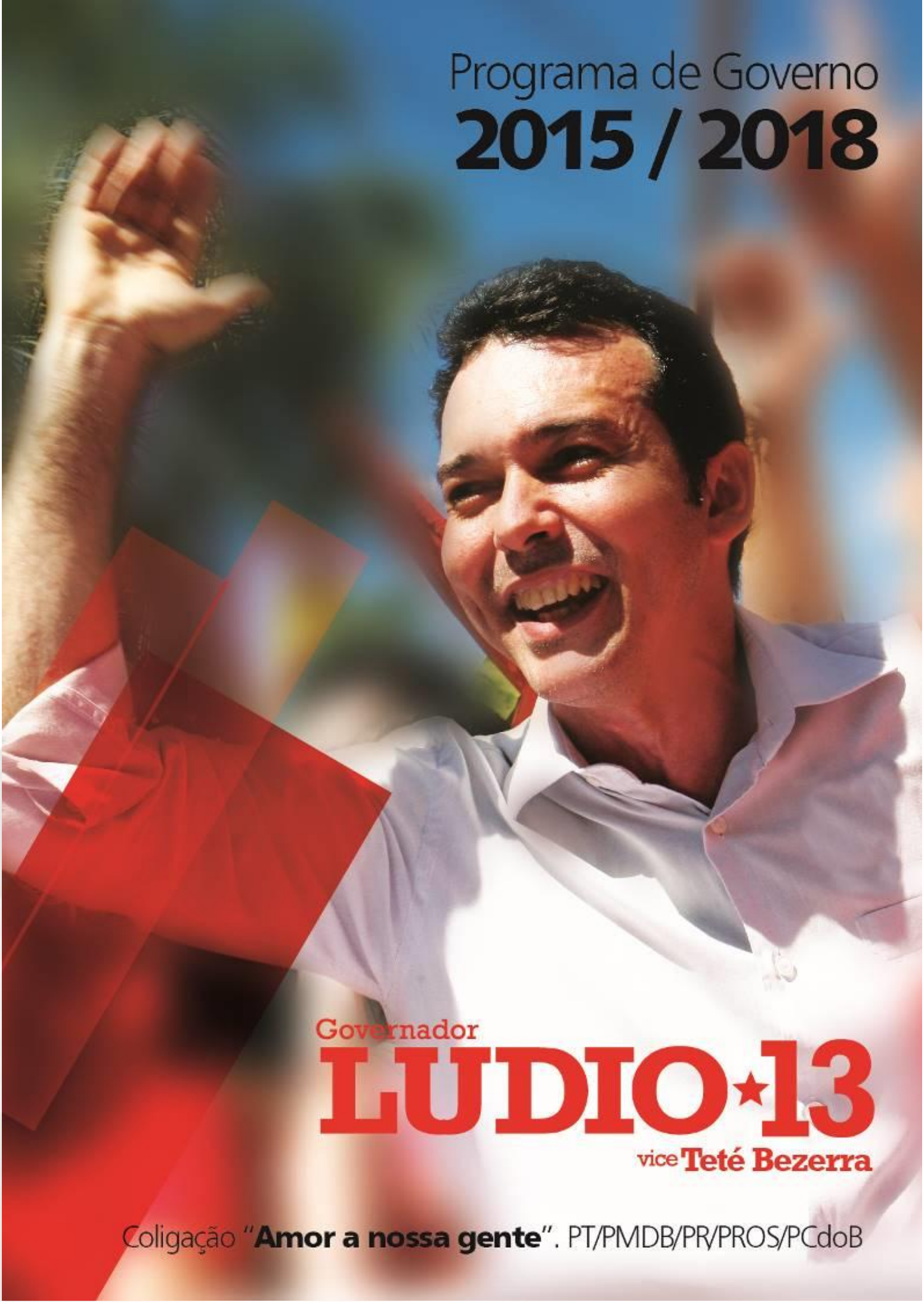
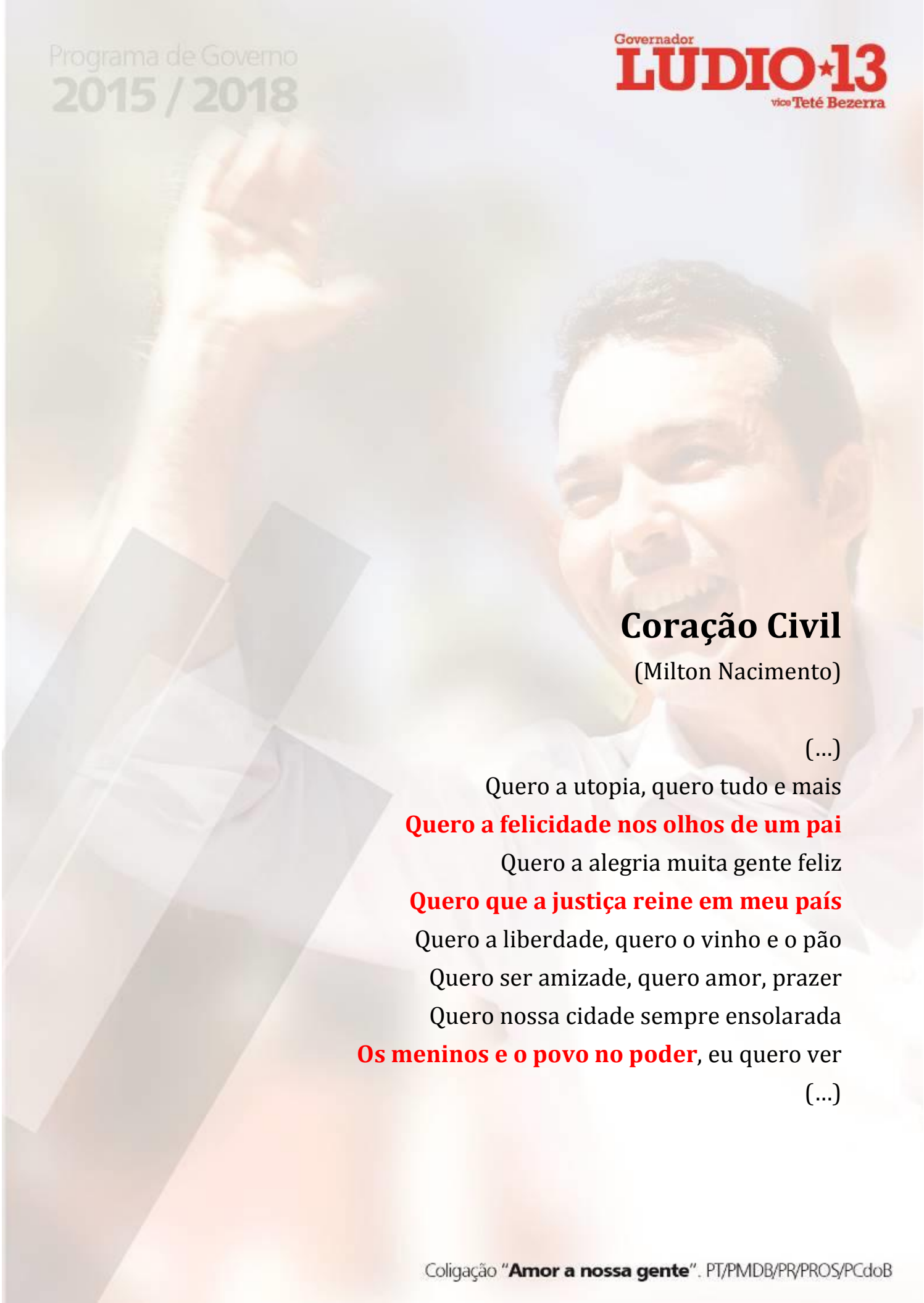

Programa de Governo
2015 / 2018
Governador
LUDIO 13
vice Teté Bezerra
Coligação "Amor a nossa gente". PT/PMDB/PR/PROS/PCdoB



Coração Civil

(Milton Nacimento)

(...)
Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
(...)

SUMÁRIO

CARTA AO POVO DE MATO GROSSO 4

APRESENTAÇÃO 5

DIMENSÃO SOCIAL 8

- **SAÚDE** 8
- **EDUCAÇÃO** 10
- **SEGURANÇA PÚBLICA** 12
- **ASSISTÊNCIA SOCIAL** 13
- **CULTURA E ARTE** 14
- **ESPORTE E LAZER** 17

DIMENSÃO ECONÔMICA 19

- **TRIBUTÁRIA, FISCAL E ORÇAMENTÁRIA** 20
- **AGROPECUÁRIA** 21
- **INDÚSTRIA** 22
- **COMÉRCIO E SERVIÇOS** 19
- **MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL** 24
- **AGRICULTURA FAMILIAR** 25
- **TURISMO** 23

DIMENSÃO AMBIENTAL 28

- **PROTEÇÃO DOS BIOMAS** 28
- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL** 29

DIMENSÃO GOVERNAMENTAL 28

- **SERVIDORES PÚBLICOS** 29
- **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** 31

Colaboração durante os seminários do Programa de Governo 34

Colaboração da Caravana da Cidadania: 34

CARTA AO POVO DE MATO GROSSO

Mato Grosso é um Estado pujante e importante para o país. Vivenciamos aqui, nos últimos anos, grande crescimento econômico. Nesse momento, precisamos dar um passo importante no sentido de garantir que isso se traduza ainda mais em conquistas para o nosso povo.

Percorrendo o Estado através do projeto que intitulamos de "Caravana da Cidadania" para debater este plano de governo que agora apresentamos a todo Mato Grosso, pude ter ainda mais certeza de que temos um potencial enorme. E é por isso que nos propomos a realizar um governo participativo, próximo aos municípios, aberto, transparente e unido, pois temos certeza de que não fazemos nada sozinho.

Essa certeza de que cada cidadão e cada cidadã podem contribuir nos leva a planejar também um governo descentralizado e desburocratizado, que permita às pessoas exercerem a cidadania através da participação efetiva na tomada de decisões do governo, na execução e no controle social das políticas e serviços públicos.

Foi pensando nisso que dividimos este plano nos seguintes eixos: dimensão social, econômica, ambiental e governamental.

As políticas sociais têm sido uma marca ao longo da minha vida, seja nos meus 8 anos como vereador por Cuiabá ou 17 anos atuando na saúde pública desde que me formei como médico pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Vejo que Mato Grosso carece ainda muito de priorização desse setor, principalmente em áreas como saúde, segurança e educação, mas, para realizarmos os projetos que sonhamos para nosso Estado, precisamos garantir também condições para o desenvolvimento econômico. E isso se faz através de uma logística que atenda às necessidades do setor produtivo: do agronegócio e a produção de larga escala até o menor produtor que trabalha com a agricultura familiar.

Para garantir também mais conquistas para o nosso povo temos que promover a agroindustrialização da nossa matéria-prima para alavancar o desenvolvimento regional e espalhar por todo o Estado os benefícios econômicos e sociais, respeitando o meio ambiente. Concomitante a isso, um novo governo deve se mostrar permeável aos avanços nos estudos sobre administração pública e coerente na adoção de metodologias para a inovação do ambiente governamental, mantendo atuação integrada entre os seus órgãos e submetido ao efetivo controle social, pois temos a clareza de que o mais importante é a nossa gente.

Lúdio Cabral -PT

Teté Bezerra - PMDB

APRESENTAÇÃO

Por entendermos que o foco da nossa gestão são as mulheres e os homens mato-grossenses - sujeito, alicerce e sentido de todas as instituições, reafirmamos que cada proposição aqui inscrita tem como principal sentido assegurar direitos da cidadã e do cidadão.

Há que se destacar que os conteúdos aqui apresentados não são apenas propostas para o período de campanha. Reafirmamos que aqui estão descritos intenções e compromissos, resultados de debates coletivos – identidade do nosso modo político de agir - envolvendo amplos setores da sociedade mato-grossense: cidadãos e cidadãs de várias origens, identidades e trajetórias, trabalhadores do setor público e privado, empresários, estudantes, comerciantes, profissionais liberais, lideranças políticas, dentre outros.

Nesse sentido, por entendermos que a responsabilidade e o compromisso do gestor público, em qualquer setor do Estado, devem ser evidenciados a partir do seu programa de governo e por considerarmos possível a materialização e afirmação efetiva da democracia e (re)significação da cidadania na gestão estadual, apresentamos o Programa de Governo da Coligação "Amor à nossa gente"- PT/PMDB/PR/PROS/PCdoB - pautado em princípios fundamentais, base de todas as ações do governo que realizaremos.

PRINCÍPIOS

1. Fundamentados na certeza de que o governo deve atender às necessidades concretas demandadas pelas pessoas que moram e trabalham em Mato Grosso e na convicção de que o único percurso mais democrático, eficaz e viável de identificar tais necessidades é escutar diretamente, sem intermediários, o que a população tem a dizer, é que temos constituído, em toda nossa trajetória, um modelo de governar. Esse modelo se caracteriza por ser uma GESTÃO MOBILIZADORA: governo próximo do povo, mobilizador dos sujeitos coletivos - em sua diversidade e em suas diversas organizações.

2. Recuperar e afirmar o sentido, a responsabilidade e as funções do poder público, visando a implementação e garantia de direitos, nos impõe como exigência RESSIGNIFICAR O PODER PÚBLICO. Isso implica na democratização de direitos e oportunidades – tarefa indelegável da gestão estadual.

Os direitos da cidadã e do cidadão mato-grossense serão promovidos e o acesso aos serviços públicos será democratizado. Além de garantir serviços de qualidade nas áreas da saúde, educação, segurança, transporte, mobilidade e infraestrutura, o Governo investirá em políticas sociais que

alcancem todos os segmentos e que consolidem o direito de proteção e uso sustentável dos recursos naturais. O princípio inclui ainda o direito à informação e o respeito ao patrimônio público, que é de todos. Será igualmente valorizado o direito ao trabalho – compreendido como atividade essencial para a realização humana -, ao emprego digno, ao aperfeiçoamento profissional continuado e à renda compatível com as necessidades das famílias. O Governo buscará, enfim, a promoção dos direitos humanos e da diversidade sociocultural.

3. Nosso governo assumirá, de forma radical, o exercício Coletivo de Poder. Democrático e fiel aos padrões éticos mais exigentes, o Governo atuará a serviço da população, atendendo às demandas sociais e garantindo a participação de todos os setores. A população participará de todas as ações administrativas – do planejamento à avaliação das políticas públicas – e terá acesso ao andamento das obras e à execução orçamentária, a serem divulgados de forma transparente e em linguagem adequada. Na reorganização da estrutura administrativa e dos procedimentos, o Governo estará comprometido com soluções criativas e inovadoras, particularmente aquelas que constituem boas práticas já adotadas em outros locais, tanto no país, quanto no exterior. Assumimos o compromisso de fortalecer a Cidadania coletiva através da gestão participativa e transparência no uso dos recursos e ações públicas como alicerces do governo, afinal essas são premissas do CONTROLE SOCIAL, por nós defendidos e legitimados.

Pautado nos princípios norteadores de nossa trajetória individual e coletiva, este programa foi formulado com a colaboração de mais de duas mil pessoas. Essas pessoas acreditam na pujança de nosso Estado e na sua importância política e econômica para o nosso país. Porém, a essa criação coletiva soma-se a utopia de construir um Mato Grosso justo, solidário e generoso.

É preciso reafirmar que este é um documento em construção, um texto base para continuar o debate franco e aberto com os partidos e com todos os segmentos da sociedade mato-grossense.

Estamos nos preparando para governar Mato Grosso. Nossa primeira atitude foi ouvir. Ouvir com calma e atenção a população, especialistas e representantes de todos os setores da sociedade porque acreditamos que esta deve ser a lógica a pautar toda gestão pública, democrática e cidadã.

Queremos que Mato Grosso seja conhecido por ações políticas arrojadas e inovadoras, que continuemos a nos identificar como Estado produtor de riquezas, mas também como Estado inclusivo, justo, solidário e generoso. Isso se dará concretamente através de um novo modelo de desenvolvimento e de uma nova forma de fazer política. Mais do que nunca, precisamos resgatar a política como instrumento para melhorar a qualidade de vida e contribuir na busca da felicidade de cada cidadã e de cada cidadão.

O desafio de governar exige ousadia, credibilidade, ética, transparência e responsabilidade. É com esse espírito que o PT do Mato Grosso e seus partidos coligados se apresentam à sociedade mato-grossense.

Serão priorizadas três linhas de atuação, entendidas como eixos norteadores que ora apresentamos para o debate. No conjunto constituem-se direção para um novo modelo de gestão a ser implementado em nosso estado:

1) **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
2) **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**
3) **INFRAESTRUTURA E LOGÍSITICA**
4) **GOVERNAMENTAL**

DIMENSÃO SOCIAL

Impossível continuar identificando Mato Grosso como um Estado rico e economicamente viável sem contemplar no conjunto o seu desenvolvimento social. Isso implica, obviamente, investir nas políticas sociais, estas por nós entendidas e conduzidas como **direitos** e reconhecidamente como efetivação da **cidadania**.

A dimensão social contempla o bem-estar social de toda a população mato-grossense, de forma particular, aqueles segmentos historicamente excluídos. Este postulado nos exige assegurar: **saúde** para todos e todas, através do fortalecimento do SUS – nas dimensões da gestão comprometida com a qualidade dos serviços prestados e do acesso universal; **segurança pública**, não apenas tratada como enfrentamento a violência, mas pautada no respeito aos direitos humanos – desde os agentes de segurança àqueles em situação de privação de liberdade; **assistência social** - como política pública e não como benesse -, além de se respaldar nos programas do Governo Federal para fortalecê-los, a exemplo do Plano Brasil sem Miséria, implica também na reorganização e ampliação de programa de acesso à moradia, de geração de emprego e renda criando novas oportunidades; **educação** pública de qualidade e inclusiva nos diversos níveis e para diferentes faixas etárias.

Saúde

Ainda que haja o entendimento de que a gestão em saúde deve ser mobilizadora de teóricos, formuladores, analistas, executivos e políticos em todas as áreas da sociedade, são imprescindíveis: clareza de compreensão e direção ideopolítica que caracteriza a saúde. Nesse sentido, de forma objetiva, a Gestão em Saúde se define como: **A defesa da vida, a defesa ao direito à saúde para todos!**

Enquanto projeto coletivo, as proposições elencadas refletem as reivindicações da população, dos movimentos sociais, dos indicadores em saúde e do diagnóstico situacional da rede de serviços.

Nesse contexto é necessário, em um primeiro momento da gestão, uma maior aproximação entre o gestor estadual e os municípios objetivando e fortalecimento do papel do gestor frente às políticas de saúde no que diz respeito à cooperação técnica, ao processo de planejamento e gestão sob a ótica da regionalização e a estabilização dos repasses financeiros estado-municípios.

Linhas de Ação

1. Aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada, garantindo o acesso da população a serviços com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde;

2. Apoio à Rede de Atenção às Urgências, sobretudo das condições relacionadas às violências e causas externas, garantindo o primeiro atendimento e os demais pontos de atenção via SAMU, UPAS e Hospitais, e central de regulação articulada a todos os pontos da rede;

3. Investimento forte no enfrentamento às condições de saúde relacionadas à dependência química, incluindo o álcool e o crack;

4. Fortalecimento das ações de promoção e prevenção à saúde, sobretudo a pessoa idosa e aos portadores de doenças crônicas;

5. Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança;

6. Implementar a Política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde;

7. Gestão com foco em resultados, participação social e financiamento estável;

8. Estruturar Rede de atenção aos pacientes com morbidades e cardiopatia;

9. Redução dos riscos e agravos à saúde da população: ações de promoção e vigilância em saúde;

10. Fomentar os consórcios intermunicipais para atendimento em especialidades médicas com investimento dos recursos do Estado;

11. Retomar a gestão dos Hospitais Regionais;

12. Redemocratizar o Conselho Estadual de Saúde;

13. Reforma e fortalecimento da Escola de Saúde Pública;

14. Estruturação de uma rede intersetorial e interinstitucional de apoio a pessoas com dependência química, envolvendo o acolhimento na atenção básica, CAPS, internação para desintoxicação em leitos hospitalares, e parceria com as unidades de residência terapêutica para oferta de tratamento médico e psicossocial, com monitoramento do fluxo de atendimento;

15. Fortalecer o programa saúde na escola, com foco nas ações educativas de prevenção ao uso de drogas e enfretamento das violências;

16. Fortalecer a participação das comissões intergestoras regionais-CIRs e da CIB;

17. Articular com as instituições de ensino, em parceria com o COSEMS-MT, a formação e capacitação permanente dos gestores municipais.

Educação

Escola para todos

A Educação de Mato Grosso tem conquistado avanços significativos nos últimos anos. No entanto, é preciso reconhecer de que há muito o que fazer para o ensino público em nosso Estado.

No caso do atendimento realizado pelas nossas escolas, é preciso perseguir um objetivo claro: universalizar o atendimento escolar da pré-escola ao ensino médio.

O acesso à escola é um direito de todos e a maior ferramenta para uma inclusão social sólida e perene. É por isso que a última década vivida pelo Brasil, durante os governos do PT, conheceu um intenso crescimento do número de crianças na escola. A universalização do ensino fundamental se consolidou e a Educação Básica como um todo abriu as portas a milhões de pessoas.

O Estado de Mato Grosso possui um território extenso e se constitui em um dos mais significativos exemplos de pluralidade cultural no Brasil. Essa realidade exige que o sistema de ensino estadual se mostre atento às diversas modalidades de ensino.

No próximo Governo, em parceria com os municípios, serão desenvolvidos projetos especiais para ampliar e qualificar melhor o atendimento às modalidades de ensino que requerem procedimentos especiais: Educação Especial, EJA, Educação do Campo, Educação Indígena, Comunidades Quilombolas.

A ampliação do atendimento precisa, ainda, observar de forma muito especial a implementação da Escola em tempo integral em nosso Estado. Não se trata apenas de abrir as portas das escolas no contra-turno escolar aos alunos. É preciso que todas as atividades desenvolvidas com os alunos no contra-turno mantenham um alinhamento curricular com as atividades regulares.

A Escola em Tempo Integral precisa ser desenvolvida no escopo do Projeto Político Pedagógico elaborado pela comunidade escolar. Daí a necessidade de os profissionais da educação que atuam no turno regular participarem ativamente desde a elaboração até a avaliação das ações desenvolvidas em todos os períodos de funcionamento da escola.

Profissionais da Educação

Ampliar o número de alunos atendidos pelas escolas mato-grossenses e, mais que isso, ampliar as horas de estudos do público atendido trazem para o centro do debate a necessidade de melhorarmos os espaços físicos, os recursos materiais e fortalecermos as equipes de profissionais que atuam nas unidades de ensino.

Com relação aos professores, é indispensável o fortalecimento dos elementos centrais da

autonomia escolar: a) respeitando o Projeto Político Pedagógico da Escola como norma máxima a regular o cotidiano escolar; e b) aperfeiçoando os mecanismos de prestação de contas - financeira e de resultados - por parte da equipe escolar à comunidade em que está inserida e ao Conselho Estadual de Educação.

A participação e o compromisso dos professores às comunidades requerem o enfrentamento de um problema histórico do ensino público brasileiro: a dupla ou tripla jornada dos professores. No próximo Governo, implementaremos de forma gradual e em comum acordo com a representação sindical, a Jornada Única Docente.

Outros pontos prioritários para os profissionais da educação são: ampliação do número de funcionários das escolas, evitando acúmulo de trabalho ao servidor sobretudo em períodos de conclusão de ano escolar. Nesse mesmo sentido, o Governo estenderá o direito à hora-atividade a todos os docentes sob contrato temporário.

É também compromisso nosso ampliar os recursos destinados aos CEFAPROS (Centro de Formação e Atualização de Professores), permitindo intensificar as atividades de pesquisa das realidades vividas pelos professores de cada região e dotar as unidades dos Cefapros de equipamentos e materiais adequados à diferentes metodologias de construção coletiva de conhecimento.

Infraestrutura escolar

Quanto ao espaço físico e os recursos disponibilizados nas escolas, é preciso uma atenção especial. Em primeiro lugar é necessário que cada município e cada escola aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Governo Federal. O Governo do Estado tem um papel preponderante nesse processo: capacitar, fomentar e disponibilizar assessoria às unidades de ensino. Esse trabalho, que já é realizado pelo governo do Estado, precisa ser intensificado e conduzido com vistas a maior eficiência.

Em complementação aos recursos federais, implementará um programa específico de apoio à infraestrutura escolar, do modo tornar o espaços escolares lugares convidativos aos alunos, profissionais e toda a comunidade em que está inserida. É no interior do espaço escolar que a maior parte da vida escolar se desenvolve; é ali que a Escola em Tempo Integral será implementada; é ali que são edificados os valores que acompanharão as novas gerações de brasileiros.

É por isso que planejamos concluir o processo de climatização de todas as escolas estaduais e aturar de forma proativa na disponibilização de tecnologias que possam impulsionar o ensino no Estado.

Relação Sistema-Escola-Comunidade

Não há dúvidas: os casos de sucesso no ensino brasileiro estão diretamente relacionados ao fortalecimento da relação escola-comunidade. Nesse sentido, ampliaremos o apoio a projetos desenvolvidos nas próprias comunidades escolares que visem uma maior integração entre a escola e a comunidade em que está inserida.

Segurança Pública

A violência tem se mostrado um dos fenômenos contemporâneos que mais desafiam as gestões públicas em todo território nacional.

No caso de Mato Grosso, há que considerar as particularidades existentes em nosso Estado, desde o ponto-de-vista cultural, geográfico, territorial, econômico e social, o que por si indicam formas diferenciadas de combate as diferentes manifestações de violência e criminalidade. Por essa premissa, a gestão de segurança pública deve ser capaz de, com base em indicadores, planejar e executar ações que produzam resultados eficazes.

Nossa proposta requer protagonismo da comunidade - ela não pode ser coadjuvante nas políticas públicas de segurança -, e deve intervir de maneira pró-ativa, sobretudo nas ações preventivas ao exercer de maneira colaborativa ações que promovam a segurança aos direitos, como educação, cultura, lazer e aos serviços públicos.

Por essa razão, o fórum é o lócus de discussão sobre os conceitos centrais da segurança pública - espaço público que interfere na cultura em vigor nas agências envolvidas com o problema e promove o engajamento da sociedade civil.

Assistência Social

A concepção de Assistência Social que direciona o nosso programa de governo está pautada numa perspectiva de reafirmação de direitos, ou seja, é uma Política Pública concebida como direito de cidadania, logo pressupõe a inclusão das pessoas pobres, negras, deficientes, LGBT, moradoras de rua e aquelas em situação de vulnerabilidade social. Esta política não se constitui de “sobras”. Tem na competência profissional, técnica e política sua base de sustentação. Isso implica – para sua operacionalização - o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

Os programas do Governo Federal para a área de Assistência Social não podem se resumir na agenda de compromissos da nossa gestão com o processo de inclusão social. Tais programas oficiais qualificam e dão respaldo às ações socioassistenciais no nosso Estado.

Identificamos como exigências a reorganização e ampliação do programa de acesso à moradia, de geração de emprego e renda, além de programas de proteção às populações em situação de vulnerabilidade social, visando sua promoção e criando novas oportunidades.

A perspectiva do Governo Federal para a Assistência Social fortalece e instrumentaliza a nossa política, razão pela qual transformaremos Mato Grosso junto com o Brasil. Estreitar a parceria do Governo Estadual com o Governo Federal visando ampliar a cobertura de beneficiários dos programas sociais, através de convênios, consórcios, projetos e co-parceria é uma possibilidade concreta.

Cultura e Arte

A compreensão de política pública numa gestão democrática e popular incumbe ao Estado estimular, mediar e gerir os equipamentos e instrumentos de fomento às questões culturais e da arte, atuando em uma perspectiva de emancipação, onde a cultura e a arte estejam presente na mesa de todos.

O pleno envolvimento da sociedade civil na gestão da cultura, através da realização permanente de encontros coletivos de discussão, planejamento e avaliação, a reafirmação do Conselho Estadual de Cultura e acompanhamento da criação de conselhos municipais de cultura nas suas prerrogativas e composição paritária são espaços que reforçam a cidadania.

A preservação da memória e do patrimônio são elementos substantivos de ação governamental, que não pode, no entanto, engessar o presente e o futuro na sua intrínseca dimensão de liberdade, viva, espontânea. Esses pressupostos traduzem-se no fomento à produção cultural, à difusão e à qualificação dos atores culturais, além do reconhecimento de símbolos, de manifestações e de expressões da sua própria arte regional, brasileira.

A administração cultural em Mato Grosso deverá ter como um de seus focos principais a educação cultural. Todas as iniciativas a serem implementadas pelos programas de ação cultural deverão levar sempre em conta o princípio da interiorização e socialização com todos os municípios de nosso Estado. Aproveitar-se-á para a prática de cultura em espaços físicos comunitários como praças, centros culturais, museus, além de escolas públicas e privadas, centros comunitários, ONGs, Oscips e bases do terceiro setor. A construção de espaços próprios para as ações de educação e cultura tambe estará nas prioridaes do Governo Estadual.

A marca fundamental de nossa atuação é aquela que norteia as ações governamentais em administrações petistas: ***a cidadania e a* autonomia cultural**, o que nos diferencia da visão de "levar

cultura para o povo", mas antes disso: fazer cultura com todos, embasado na concepção de que a sociedade gera sua cultura de forma autônoma. Visão essa que orientou as ações dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em nível federal e se mostra um exemplo a ser seguido pelas administrações estaduais e municipais das quais fazemos parte.

Linhas de Ação:

1. Legislação, Fundo e Conselho Municipal de Cultura: Com a implementação do mandato popular e participativa, as diretrizes de política cultural aplicada em nosso Estado e municípios estarão em conformidade com o Sistema Nacional de Cultura e nosso Governo desenvolverá amplo processo de discussão com a sociedade civil e o poder público, de forma descentralizada, com encontros e seminários em todas as regiões de Mato Grosso para finalizar a elaboração do Plano Estadual de Cultura, e também para que cada município possa elaborar seu Plano Municipal de Cultura, documento que fornecerá todos os elementos para atuação do poder público para os próximos anos.

2. Infra-estrutura e serviços: O Governo do Estado, já em 2015, em parceria com as secretarias dos municípios, definirá quais os locais da comunidade destinados a atender os Programas/Oficinas de Cultura e Arte – que oferecerá ensino gratuito do fazer cultural gerador de renda (artesanato, turismo cultural, gastronomia cuiabana, etc.). Também buscará meios de ampliar os pontos de Cultura, com foco nos centros comunitários em todo o Estado e em parcerias com instituições culturais.

3. Fomento - Produção e co-produção: A Secretaria de Cultura estimulará o fomento das práticas culturais que favoreçam o desenvolvimento local por meio dos fundos rotativos e bancos comunitários. Por meio dos grandes aparelhos culturais em todo o Estado, o Estado e os municípios ofertarão Edital de Produção e Co-produção. As ações culturais estratégicas de governo serão efetivadas em parceria com as entidades culturais estabelecidas nas cidades como os movimentos de teatro, coletivos de música instrumental e popular, artes plásticas, audiovisual, artesanato, cultura imaterial, cultura popular, etc.

4. Intercâmbio e distribuição:A Secretaria de Cultura promoverá as Caravanas da Cultura Mato-grossense por todo o Estado, mostrando o que cada oficina de cultura e arte desenvolveu, seus artistas revelados e profissionais capacitados e os premiará com bolsas em universidades, cursos de capacitação e extensão, em parceria com universidades de Mato Grosso e de todo o país. Parte dos recursos virá das parcerias com as universidades e Ministérios da Cultura e Educação. Rádios comunitárias serão incentivadas no sentido de gerar uma programação alternativa à cultura de massa, possibilitando a divulgação da produção das comunidades.

5. Formação profissional e ensino: A Secretaria de Cultura estimulará a qualificação de agentes culturais comunitários e agentes de desenvolvimento local para trabalharem nas comunidades identificando potencialidades artísticas e encaminhando às oficinas de cultura e arte. Incentivará cursos

de extensão universitária aos jovens mato-grossenses que já trabalham no mercado profissional das artes e culturas; reciclagem com grandes nomes da cultura regional e nacional. O governo do Estado oportunizará o acesso à Universidade Popular Comunitária e aos programas de Cultura e Tecnologia; Criará linhas de crédito para compra de equipamentos que viabilizem a produção e mesmo o acesso à informação (internet, TV a cabo, livros etc.);

6. Preservação e acervo: Garantirá a preservação dos símbolos de cultura imaterial e da moderna cultura. Estimulará a premiação dos fazedores de cultura. Revitalizará e ampliará os museus e garantirá acesso a todos.

7. Políticas Transversais: Em nossa perspectiva petista de cidadania cultural e de ampliação da visão sobre cultura, é necessário que façamos o intercâmbio entre a área de cultura e as demais áreas sociais do governo estadual e da própria sociedade, Cultura + Educação, Cultura + Saúde, Cultura + Gênero, Cultura + Promoção da Igualdade Racial, Cultura + Diversidade, Cultura + Cidade e assuntos urbanos. É imprescindível que todos os profissionais indicados a pasta da cultura sejam técnicos e trabalhadores do segmento cultural, inclusive o gestor ou a gestora da Secretaria Estadual de Cultura.

A cultura e o fazer cultural trazem em sua essência as múltiplas possibilidades do refazer e do reinventar a vida por meio do desenvolvimento pleno dos homens e mulheres mato-grossenses. Estes são os compromissos com um Estado que tenha através da cultura dará possibilidade de enxergar outros horizontes.

ESPORTE E LAZER

As áreas de esporte e lazer são fundamentais não apenas para contemplar e inserir pessoas com habilidades específicas e que se proponham a competir. É, antes de tudo, política social pública para o tempo livre da classe trabalhadora. Compreendem direito social, cujo acesso estará disponível para a prática por todos, não somente para os mais habilidosos.

Como uma prática necessária e saudável para todos em todas as idades, deve estar voltada para os diversos segmentos sociais, como a recente afirmação do Ministério da Saúde, pelas "Academias da Saúde".

Linhas de Ação:

1. Requalificação física do parque esportivo estadual;
2. Estabelecer parcerias com os municípios, entidades esportivas, clubes e associações para o desenvolvimento de projetos e programas de esporte e lazer;
3. Investir na formação aos servidores.
4. Desenvolver projetos de esporte e lazer comunitário;
5. Atuação conjunta com as Secretaria Estadual de Educação e com a Secretaria de Estado de Cultura –

atividades físicas, esportivas e culturais no contra-turno do horário escolar – apontando para a educação de tempo integral;

6. Atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Turismo para a realização de Esportes Radicais ou de Aventura utilizando o potencial turístico do Estado;
7. Atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Saúde – especialmente nos programas para a terceira idade e atividade física adaptada.
8. Relação política com as federações e clubes;
9. Ocupação dos espaços públicos do Estado para atividades físicas, esportivas e recreacionais.
10. Articulação política com o setor privado: clubes esportivos e sociais, associações de classe, etc.
11. Espaços esportivos modernos e adequados para grandes eventos.
12. A gestão acontecerá no período imediatamente posterior ao que o Estado sediará a Copa do Mundo e o Brasil estará se preparando para os Jogos Olímpicos e os Jogos Para-olímpicos;
13. Mais recursos públicos para o esporte: Ministério do Esporte e estatais;
14. Adotar mecanismos para atrair mais recursos privados para o esporte:
15. Fomentar o esporte comunitário;
16. Criação de Centro de Formação de Atletas e Profissionais para o treinamento esportivo;
17. Atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Educação na realização dos Jogos Escolares;
18. Realização de cursos, seminários e palestras para a formação de quadros de árbitros em parceria com a federação e municípios;
19. Elaboração do Código Estadual de Esportes.

DIMENSÃOECONÔMICA

O Estado, na dimensão econômica, deve se apresentar como indutor de crescimento, assentado em desenvolvimento sustentado, que respeite o meio ambiente e tenha como foco a melhoria da vida das pessoas e a prestação de serviços públicos de qualidade.

A construção de políticas públicas há que ser de apoio ao setor produtivo, com fomento às inovações tecnológicas e disponibilização de linhas de créditos que possibilitem o crescimento das atividades existentes e o surgimento de novas cadeias produtivas.

Na dimensão econômica, as ações também devem ter por objetivo a melhoria da qualidade da despesa pública e a otimização da receita.

Para a consecução da dimensão econômica, são a seguir apresentadas as diretrizes que qualificam nossa proposta de gestão: Diretrizes

1. Desenvolver e apoiar novas cadeias produtivas, possibilitando um desenvolvimento socioeconômico sustentado e regionalizado, com foco na agricultura familiar e tendo como referência o zoneamento agroecológico.

2. Agregar valor ao processo de produção agropecuária.

3. Promover a Integração das regiões, com forte investimento em **infraestrutura e logística**.

5. Utilizar a política econômica como instrumento para alavancar o desenvolvimento social, com foco na qualidade de vida das pessoas e na geração de emprego e renda.

6. Possibilitar a participação popular na definição da política de investimento regional.

Para instrumentalizar a dimensão econômica necessário se faz também definir ações de caráter macro para as áreas tributária, fiscal e orçamentária / agropecuária / indústria / comércio e serviços / emprego e renda / mercado nacional e internacional, delineadas nas páginas seguintes.

Tributária, Fiscal e Orçamentária

Linhas de Ação

1. Articulação política para revisão da Lei Kandir, de modo a eliminar os prejuízos causados pela não incidência de ICMS na exportação de produtos primários.

2. Aumento da eficiência e da eficácia da arrecadação, com simplificação de processos, facilitação de pagamento e otimização da cobrança, da recuperação de créditos e da fiscalização.

3. Justa carga tributária, com criação de um fundo indutor de desenvolvimento sustentável.

4. Melhoria na qualidade dos gastos públicos.

5. Modernização da sistemática de aquisições governamentais, estabelecendo uma relação de confiança com os fornecedores, honrando os compromissos, a tempo e modo contratados.

6. Participação popular na elaboração do orçamento no que concerne aos investimentos prioritários da região.

7. Compartilhamento dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) com os municípios, tendo como objetivo a melhoria contínua das condições de moradia popular e da infraestrutura e logística regional.

Agropecuária

Linhas de Ação

1. Agregação de valor ao processo de produção, com mudança no perfil dos produtos da pauta de exportação.

2. Adoção de política de investimentos para resolver o gargalo de infraestrutura e logística.

3. Aproveitamento de áreas degradadas para aumentar a produção e a produtividade, sem necessidade de avançar na exploração de áreas de florestas.

4. Fortalecimento das instituições de pesquisa e extensão para desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias produtivas.

5. Incentivo à produção de produtos hortifrutigranjeiros, diminuindo a dependência de mercados externos.

6. Implantação de linhas especiais de financiamento para solução do problema de armazenamento da produção agrícola.

7. Regularização fundiária, como instrumento de segurança jurídica, fixação das pessoas no campo e de acesso a financiamentos.

Indústria

Linhas de Ação

1. Apoio à criação de distritos industriais, propiciando melhores condições para a atração das empresas.

2. Qualificação da mão-de-obra local em parceria com as instituições educacionais, federações, sindicatos, associações e o sistema "S".

3. Incentivo ao surgimento de empresas locais, através de incubadoras, em parceria com instituições de ensino.

4. Estabelecimento de programas de incentivo ao turismo de negócios e de lazer.

5. Organização das cadeias extrativistas, tendo como foco a mitigação das questões socioambientais da atividade.

*Comércio e Serviços*acro ação

Linhas de Ação

1. Desburocratização do processo de abertura e fechamento de empresas.

2 .Estabelecimento de linhas de crédito para desenvolvimento das atividades já estabelecidas e instalação de novas empresas, com contrapartida social de geração de emprego e renda.

3. Regularização da economia informal, promovendo de modo transverso a inclusão social e o resgate da dignidade humana.

4. Simplificação do processo tributário.

5. Implementação de programa de desenvolvimento de centros de referência, com implementação de polos regionais de excelência, inclusive nas áreas da saúde e da educação.

7. Adoção de políticas de fomento ao surgimento de novos negócios, em especial na área tecnológica.

MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL

Linhas de Ação

1. Divulgação transnacional das potencialidades econômicas do estado.

2. Fortalecimento da política de controle fitossanitário.

3. Adoção de práticas de produção ambientalmente corretas, com aprimoramento do zoneamento agroecológico.

4. Aumento da exportação de produtos com maior valor agregado.

5. Adoção de processos de certificação que atestem a qualidade do produto e a sua adequação às normas ambientais.

AGRICULTURA FAMILIAR

Linhas de Ação

1. O programa de governo deve articular todas as políticas do Governo Dilma para agricultura familiar: a) Fortalecimento das ações de crédito via **PRONAF**: articulação entre agentes financeiros, associações e cooperativas e empresas de ATER, com ênfase na EMPAER; b) Apoiar e oferecer apoio estrutural para as políticas de formação para o campo desenvolvidas pelo governo federal através dos IFMT, UNEMAT e UFMT. **Pronatec campo e pronater;** c) Articular via SEDUC a efetivação da compra institucional efetivada com recursos do FUNDEB via PNAE para a agricultura familiar, garantindo a compra de no mínimo 30% dos produtos da alimentação escolas via agricultura familiar; d) Ampliar a ações do PAA – programa de aquisição de Alimentos via CONAB para todos os municípios do estado, aportando recursos complementares do orçamento do estado; e) Consolidar todos os convênios atuais articulados com o governo federal para a agricultura familiar.

2. Articulação efetiva da Secretaria Adjunta da Agricultura Familiar com a FETAGRI – federação dos trabalhadores da agricultura familiar de MT, articulando políticas pública estaduais com ênfase na participação sindical.

3. Política estadual de fortalecimento da vida no campo: infraestrutura no campo: Água para todos no campo mato-grossense; Saneamento ambiental em parceria com INCRA e SRA secretaria de reordenamento agrário para famílias beneficiadas pela política de reforma agrária do governo federal; Efetivação do Programa estradas da agricultura familiar; Articulação efetiva do PNHR – programa nacional de habitação rural

4. Programa Estadual Agroindustrialização para agricultura familiar; efetivação de recursos orçamentários estaduais para garantir a verticalização da produção familiar gerando renda e tornando a cadeia produtiva com controle efetivo do setor familiar. Intensificando os potenciais regionais para produção, fortalecendo iniciativas como da ARPA na região sudoeste.

5. Programa estadual de apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar:

6. Criação de uma cadeia de comercialização via mercado do produtor em Várzea Grande;

7. Articulação do transporte dos produtos familiares via convênios firmados entre o estado de Mato Grosso e Associações e cooperativas de produtos familiares de MT;

8. Investimento em estradas e armazenamento de produtos;

9. Fortalecimento das agroindústrias;

10. ATER para todos: estruturação do servido de Assistência Técnica e Extensão Rural para toda agricultura familiar do estado de Mato Grosso, articulando recursos próprios e federais para revitalização da EMPAER.

11. Criação do programa estadual de apoio sanitário para produção da agricultura familiar; adequar a produção familiar as questões sanitárias atuais e definir um novo marco regulatório para os produtos coloniais, artesanais e tradicionais da agricultura familiar.

12. Formular uma política estadual para agricultura familiar seguindo as diretrizes da conferência estadual de desenvolvimento rural sustentável.

13. Articular e animar em todo estado a elaboração dos planos municipais de saneamento e de educação no campo, de responsabilidade das esferas municipais porém contanto com apoio para animação e capacitação do estado.

14. Criar um programa de pesquisa para agricultura familiar em parceria com IFMT, UNEMAT, UFMT, EMPAER e EMBRAPA para fortalecimento das técnicas de produção da agricultura no estado de MT.

15. Consolidar uma política estadual de educação no campo seguindo os diversos aprendizados já elaborados pelos movimentos sociais;

16. Efetivar a política estadual de Socioeconomia solidária no estado de Mato Grosso, bem como a política estadual de Segurança Alimentar.

17. Criação de uma política estadual de Agroecologia e produção orgânica.

TURISMO

O Turismo em Mato Grosso é um dos principais setores em ascensão em nossa economia. A realização da Copa do Mundo em nosso Estado abriu caminho para a divulgação dos produtos do turismo mato-grossense e presenteou os municípios de Cuiabá e Várzea Grande com um legado infraestrutural de grandes proporções, tais como a ampliação do Aeroporto Internacional Marechal Rondon e a edificação de trincheiras e viadutos que transformaram por completo o trânsito nas duas cidades.

Cabe, agora, desenvolvermos uma política para o turismo que se atente para a sustentabilidade e a democratização das atividades do setor. A sustentabilidade compreende a conservação do meio ambiente, a valorização da diversidade cultural, a inclusão social e a eficiência econômica. A democratização se relaciona com a possibilidade de todas as camadas sociais participarem da cadeia produtiva do turismo, tanto na realização de seus negócios quanto na definição dos rumos que a política possa tomar.

É preciso ampliar a participação da atividade turística no Produto Interno Bruto de Mato Grosso, o que requer apoio a pesquisas de modo a sedimentar conhecimentos sobre o setor. Do mesmo modo o Estado precisa agir com celeridade na melhoria da infraestrutura de apoio ao turista e aos que trabalham nos negócios turísticos.

Dentre as ações indispensáveis à cadeia do turismo destaca-se a capacitação continuada de todos que atuam no setor. A qualificação do serviço prestado ao turista é elemento básico e atua de forma imbricada em todos os roteiros turísticos existentes. Desse modo, no Governo Lúdio Cabral será implementado um programa específico de formação continuada para o turismo.

Além de ações estruturais que apresentam resultados no médio e longo prazos é preciso que o Estado atue de forma mais imediata no desenvolvimento de instrumentos, tecnologias e suporte às atividades turísticas em funcionamento. Também de forma imediata atuaremos na divulgação dos produtos e serviços turísticos do Estado.

O avanço do turismo, no entanto, precisa estar articulado a uma gestão pública do setor. Desse modo, o Estado precisa apoiar os negócios turísticos que fortaleçam nossa economia de modo sistêmico e difuso. De um lado, precisamos fomentar a atividade turística em patrimônios naturais, histórico e cultural; o turismo sustentável, promovendo e incentivando a adoção de modelos de menor impacto socioambiental. De outro lado, o Estado deve atuar na prevenção e combate às atividades relacionadas à exploração sexual, exploração do trabalho infantil e outras que afetem a dignidade humana.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Um projeto progressista e democrático de Mato Grosso precisa estar conectado com os desafios de nosso tempo, estar construído numa visão de conjunto da sociedade, incluindo a dimensão ambiental como um dos grandes desafios do presente. Desafios que emergem da necessidade de conciliar desenvolvimento e superação da pobreza com o respeito às diversidades regionais e culturais na cidade e no campo, conciliar desenvolvimento e a própria diversidade da vida em seus mais diversos aspectos e assegurar um futuro seguro para todos com uma postura decisiva de combate às mudanças climáticas e seus impactos ambientais e sociais. Neste sentido, a dimensão ambiental de nossa proposta de governo não pode prescindir do dever humanitário de assegurar um meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações, com respeito à diversidade cultural de Mato Grosso e oportunizando o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais.

O desenvolvimento de Mato Grosso com bases sustentáveis só será alcançado através de um amplo processo de melhoria das condições ambientais e de fortalecimento da participação e controle social sobre a política de Estado de meio ambiente, aumentando a importância dos espaços democráticos de decisão e acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao setor e valorizando o uso sustentável da biodiversidade nos seus diversos ecossistemas. Tal desafio só pode ser enfrentado com uma maior sensibilização coletiva, com o fortalecimento das instituições públicas e a descentralização de ações de promoção do bem estar e da qualidade de vida dos cidadãos mato-grossenses.

A geração de renda e a conservação da natureza, juntos, são fundamentais para o alcance dos imperativos de nosso tempo.

Conservação dos biomas

O enfrentamento das mudanças climáticas precisa ser feito com bases sólidas na proteção aos diferentes ambientes naturais de Mato Grosso, com ações de integração de políticas governamentais e medidas de monitoramento e controle de atividades utilizadoras de recursos naturais. Por isso, se faz necessário:

1. Revisar e implementar o Zoneamento Socioeconômico Ecológico como instrumento de integração de políticas governamentais*e de fortalecimento da gestão ambiental;
2. Instituir a Política Estadual de Mudanças Climáticas e fortalecer o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas;
3. Implementar ações de revitalização ambiental de bacias hidrográficas e fortalecer as ações da política estadual de recursos hídricos;

4. Elaborar diagnóstico de pressões ambientais e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, e definir e implementar plano de ação para suporte à tomada de decisão e mitigação de riscos;
5. Revisar e implementar sistema de monitoramento da pesca nas bacias hidrográficas;
6. Revisar e fortalecer as ações do Plano de Prevenção e Combate a Desmatamento e Queimadas de Mato Grosso (PPCDQMT);
7. Criar e implementar unidades de conservação e instituir programa de ecoturismo em unidades de conservação, em articulação com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Turismo;
8. Implementar uma política de manejo e uso sustentável da cadeia de produtos florestais madeireiros e não-madeiros (pesquisa, desenvolvimento tecnológico, beneficiamento e comercialização)
9. Criar o Fórum Estadual de Áreas Protegidas;
10. Desenvolver estratégias para melhorar a eficiência da fiscalização e do monitoramento ambiental das atividades licenciadas;
11. Estruturar o sistema de avaliação e gestão de risco ambiental, aprimorando as estruturas governamentais para enfrentamento de emergências ambientais;

Educação e ações para a sustentabilidade

1. Promover o desenvolvimento sustentável implica na necessidade de um maior despertar de consciências e sensibilização para os problemas ambientais fortalecendo e estimulando boas e novas práticas de uso dos recursos naturais no campo e na cidade.
2. Revisar e implementar a Política Estadual de Educação Ambiental e fortalecer os fóruns colegiados do setor;
3. Fortalecer, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, as atividades de educação ambiental em espaços formais e não formais;
4. Criar e implementar o programa de municípios sustentáveis, como estratégia transversal de implantação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida em assentamentos urbanos, com interface direta com as demais políticas e planos do setor, articulando as áreas de meio ambiente, saúde e saneamento;
5. Criar programa de licitações sustentáveis para aumentar a eficiência dos gastos públicos, reduzindo o consumo de materiais e energia dos órgãos da administração pública e ampliando a destinação correta de resíduos produzidos pelas atividades governamentais;

6. Articular junto aos municípios ações para aplicação dos recursos oriundos do ICMS Ecológico, em especial nas ações de conservação e recuperação ambiental e saneamento urbano;
7. Fortalecer a gestão ambiental municipal, através do apoio direto aos gestores públicos municipais com a capacitação e apoio à criação e fortalecimento das secretarias municipais de meio ambiente;
8. Criar a feira de produtos da sociobiodiversidade, em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, para exposição e intercâmbios de experiências de produção e comercialização dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais;
9. Implantar programa de monitoramento da qualidade do ar, água e solo em cidades de Mato Grosso, e criar campanhas para conscientização, orientação, sensibilização da sociedade sobre a poluição ambiental e alimentar, exposição e contaminação humana relacionada ao uso de agrotóxicos;
10. Integrar as ações das Secretarias de Estado Justiça e Direitos Humanos, Saúde e Educação na ampliação da conscientização e sensibilização da sociedade mato-grossense sobre direitos sociais e ambientais;
11. Criar incentivos para a o desenvolvimento e inovação de tecnologias sociais e programa de estímulo à certificação ambiental de práticas produtivas sustentáveis;
12. Promover e disponibilizar pesquisas e oferecer apoio tecnológico para a exploração sustentada de produtos e subprodutos da madeira;
13. Estimular a criação de programas de coleta seletiva em áreas urbanas e articular junto aos municípios e movimentos organizados, a estruturação de cooperativas de catadores de matérias recicláveis;
14. Incentivar programas voltados ao fomento ao uso das fontes renováveis de energia no processo industrial, incentivando a eficiência energética, o combate ao desperdício de energia e a redução de gases de efeito estufa;

Fortalecimento institucional e participação social;

Fundamental em qualquer proposta de governo é governar junto com o povo. Assim, o fortalecimento e criação de espaços de decisão colegiados são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas para proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Isso será feito através de ações que visem:

1. Estimular a participação social nos fóruns de debate de políticas públicas, através de ações articuladas e debates regionais sobre meio ambiente;
2. Fortalecer o papel dos conselhos (Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, entre outros) como instâncias de decisão participativa na esfera ambiental estadual;
3. Articular políticas comuns com estados vizinhos em relação à gestão dos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia;
4. Estabelecer parcerias e convênios com o Ministério do Meio Ambiente para estruturação de programas de incentivo ao uso sustentável da biodiversidade;
5. Fortalecer as atuais câmaras técnicas de produtos da sociobiodiversidade e criar novas câmaras com o objetivo de dinamizar e fortalecer o mercado destes produtos;
6. Criar, em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo, programas piloto de ecoturismo de base comunitária;
7. Ampliar o investimento nas áreas de meio ambiente, dotando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de recursos financeiros e humanos adequados;
8. Estabelecer parcerias para a descentralização do licenciamento ambiental junto aos municípios de Mato Grosso;
9. Incentivar as boas práticas da pesca profissional artesanal;
10. Dotar a SEMA de infraestrutura adequada e pessoal para as ações de comando e controle;
11. Qualificar servidores públicos que atuam no licenciamento ambiental;
12. Estimular a criação de comitês de bacia hidrográficas.
13. Instituir a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais;

DIMENSÃO GOVERNAMENTAL

Para dar concretude ao futuro que projetamos nas dimensões social, ambiental e econômica é essencial a construção de uma outra forma de governar. É preciso implementar um modelo de gestão pública que se mostre, por um lado, permeável aos avanços nos estudos sobre administração pública e, por outro, coerente na adoção de metodologias para a inovação do ambiente governamental.

O mercado crescente das técnicas e tecnologias para a gestão pública não pode invadir, de forma caótica, os espaços governamentais. Os modismos em gestão pública que ultimamente vêm moldando as rotinas das instituições tem gerado, contraditoriamente, a descontinuidade nas políticas e a fragilidade nos processos de aprendizagem por parte dos servidores públicos.

A descontinuidade das políticas ocorre tanto no eixo tempo, quanto no eixo espaço. Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que se verificam programas exitosos ceifados pela alternância dos governantes ao longo do tempo, constata-se também a mais completa ausência de comunicabilidade entre os programas desenvolvidos pelos diferentes órgãos durante uma mesma gestão.

Uma terceira descontinuidade, e talvez a maior de todas, ocorre no diálogo entre Estado e Sociedade. Poucas iniciativas são implementadas no sentido de ampliar a porosidade da esfera estatal permitindo um governo mais sintonizado com os anseios populares. A ideia de um governo aberto e agregador não pode ser entendida como mais uma proposta a encorpar um programa de governo; trata-se de um imperativo que se coloca para um governo que tem como missão construir políticas efetivas para a população.

Nesse sentido apontamos duas diretrizes a nortearem as iniciativas relacionadas à dimensão governamental: 1) atuação integrada dos órgãos governamentais e 2) fortalecimento do controle social.

CONTROLE SOCIAL

O primeiro compromisso assumido pelo governo Lúdio Cabral é o fortalecimento do controle social sobre a administração pública. Não se trata apenas de cumprir o dever de prestar contas; o nosso compromisso está sustentado na convicção de que é preciso promover um reequilíbrio das forças que exercem pressão sobre a gestão pública.

A sociedade civil precisa ser atuante e independente e, considerando as históricas investidas que objetivaram o desmonte da sociedade civil, na atual conjuntura cabe ao Estado promover o fortalecimento desse setor.

Acesso à informação

A construção de um Governo Aberto exige profundas transformações culturais. Além de remodelarmos nossos padrões de Tecnologia da Informação – tratado no item seguinte – fortaleceremos um conjunto de mecanismos para possibilitar que todos tenham acesso à informação e que façam uso dela para interferir ativamente nos rumos do governo.

A implementação do Portal Transparência do Estado de Mato Grosso no início do ano de 2014 representou grande avanço na tarefa de disponibilizar informações à sociedade. Porém, algumas limitações ainda se apresentam de forma bastante nítida com relação à transparência ativa: as deficiências na gestão da informação, o uso incipiente de mecanismos que facilitem a usabilidade dos portais do governo, a linguagem ainda pouco adequada ao público alvo e a insuficiente divulgação dessas ferramentas para a sociedade.

Uma das principais dimensões da relação "Estado e Sociedade" é a da comunicação. O primeiro passo para o fortalecimento dessa comunicação é a melhoria das informações disponibilizadas pelo governo. Ainda que saibamos que a linguagem para assuntos de contabilidade pública dificilmente deixarão de lado terminologias pouco palatáveis, é possível organizá-las de modo a facilitar o entendimento pelos diferentes públicos.

Não obstante, é preciso colocar à diposição da população informações a respeito de assuntos ainda mais importantes que os da contabilidade pública. Os resultados das políticas sociais, os relatórios de auditoria, a tramitação de demandas sociais (como no caso de instâncias de orçamento participativo), entre outros, poderiam ser objeto de ações específicas de divulgação.

Na verdade, muitas dessas informações já estão disponíveis em portais governamentais, porém, não reverberando satisfatoriamente no debate público. Para ampliar e qualificar as informações disponibilizadas criaremos instâncias de controle da transparência pública com participação majoritária da sociedade civil e espaço ampliado para representantes dos profissionais de comunicação.

Fortalecimento da sociedade civil

Ainda que melhoremos de forma significativa a qualidade das informações disponibilizadas, é preciso intensificar ações que permitam qualificar, também, a atuação do controle social. Fortalecer o poder comunicativo das comunidades é compromisso de nosso Governo, e faremos isso ampliando ações de capacitação e disponibilizando infraestrutura adequada para que as instâncias de controle social funcionem muito melhor.

No que se refere às ações de capacitação criaremos o programa de capacitação para a cidadania, tendo como público central os membros de conselhos de políticas públicas. Não obstante, serão adotadas metodologias para alcançar todos aqueles que tiverem interesse por temas que contribuam para aprimorar o controle social sobre a Administração Pública.

Com relação à disponibilização de infraestrutura ao controle social constituiremos, em parceria com os municípios, as Casas dos Conselhos Municipais, um espaço que abrigará todos os conselhos de políticas públicas de cada município, oportunizando toda a infra-estrutura necessária para exercerem plenamente suas funções (internet, espaço físico para capacitações e reuniões, equipe de apoio, etc.).

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação é a base para o desenvolvimento de programas de governo eletrônico, a fim de democratizar o acesso à informação e, como consequência disso, ampliar discussões, bem como dinamizar a prestação de serviços públicos objetivando eficiência e efetividade das funções governamentais.

O uso de tecnologias da informação na administração pública busca a transformação das relações do Governo com os cidadãos, empresas e também com os órgãos do próprio governo, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio de acesso à informação e a uma administração mais eficiente.

Linhas de Ação

Transparência, Controle e Participação Social

1. Garantir através do uso de novas tecnologias de informação uma maior participação social nos processos decisórios e na formulação das políticas públicas;

2. Intensificar os canais de comunicação e de diálogo entre a sociedade civil e o governante;

3. Ampliar a disponibilidade de informações acerca de atividades governamentais, incluindo dados sobre gastos e desempenho das ações e programas;

4. Potencializar os processos de transparência e de acesso a informações públicas, e da utilização de tecnologias que apoiem esses processos;

Inclusão Digital e Cidadania

5. Promover a criação de ambientes de inclusão digital, visando garantir a todos o acesso às novas tecnologias digitais e à internet;

6. Intensificar o uso de tecnologias assistivas a portadores de deficiência física com a finalidade de proporcionar maior independência, qualidade de vida e inclusão social;

Governo eficaz e ao alcance de todos

7. Aumentar e melhorar a oferta de serviços públicos digitais por meio da internet, facilitando o acesso aos serviços de governo com a interiorização da prestação desses serviços por meio de novas tecnologias;

8. Intensificar o uso de plataformas tecnológicas de ensino para promover capacitação contínua dos servidores (inclusive servidores das prefeituras municipais);

9. Aperfeiçoar os processos internos da gestão pública através do uso de novas tecnologias;

Combate à corrupção e ao desperdício de recursos.

10. Priorizar soluções, programas e serviços baseados em "software livre" que promovam a otimização de recursos e investimentos em tecnologia da informação e também colaborem na produção e circulação de conhecimento, acesso a novas tecnologias e desenvolvimento do software nacional;

11. Cuidar da gestão e qualidade das informações, garantindo melhor uso dos recursos e inibindo fraudes, abusos e corrupção;

Integração com Órgãos Governamentais

12. Promover o compartilhamento de recursos e a integração de sistemas computacionais entre todos os órgãos do governo, a fim de otimizar os gastos públicos;

13. Fortalecer a gestão pública em todos os níveis de governo através das integrações das ações de governo eletrônico com outros níveis de governo (união e municípios) e também outros poderes.

SERVIDORES PÚBLICOS

O Poder Executivo Estadual possui hoje aproximadamente 45 mil servidores efetivos, 2 mil exclusivamente comissionados e 23 mil servidores temporários. A folha de pagamento mensal gira em torno de R$ 235 milhões de reais, considerando-se apenas a remuneração total. Por ano o valor liquidado relacionado à despesa de pessoal é de aproximadamente 6 bilhões de reais representando um percentual de cerca de 53% das despesas do poder executivo. No legislativo esse percentual chega a 45%, ou seja, não tão inferior às despesas do executivo. No Ministério Público o percentual é de cerca 65% e no Judiciário as despesas de pessoal chegam a 69% do total liquidado.

Esses dados evidenciam, por um lado, que é preciso fazer a gestão de gastos de pessoal com seriedade e prudência. Por outro lado, não é correto classificar o atual quadro de servidores como um gargalo da administração pública estadual. O quadro de servidores é um dos mais importantes legados positivos da gestão Silval Barbosa.

O Estado de Mato Grosso conta com carreiras fortes e altamente qualificadas, o que impõe a "liderança" como a primeira qualidade do próximo governador. Precisaremos contar com o esforço de cada um dos quase 50 mil servidores para operarmos a máquina pública de um novo jeito, um governo centrado nas necessidades da população e no resultado final das políticas públicas que opera.

Para potencializar a ação desenvolvida pelos servidores públicos o governo do Estado precisa atuar em dois eixos principais: o fortalecimento das carreiras e a melhoria das condições de trabalho.

Para além da política salarial, operar o fortalecimento das carreiras requer a articulação minuciosa de um conjunto de elementos, tais como o cuidado com a vida funcional do servidor – garantindo a existência de um fluxo contínuo de crescimento profissional e remuneratório –; a definição clara das atribuições de cada cargo, evitando conflitos das carreiras entre si, e dos servidores de carreira com os dirigentes dos órgãos em que atuam; e uma política de capacitação intensa, contínua e voltada para suprir as carências de pessoal qualificado que determinadas políticas possam apresentar.

A perspectiva de crescimento ao longo da carreira se completa com a garantia de uma aposentadoria digna, daí a necessidade de uma política de previdência rigorosa na gestão dos recursos e democrática em sua composição, o que significa o entendimento de que ninguém melhor que os servidores para cuidarem com zelo do seu próprio futuro.

No que se refere à melhoria nas condições de trabalho é preciso garantir aos servidores a infraestrutura mínima para que atuem com qualidade. Na maioria das vezes, a ausência de recursos materiais e de infraestrutura ocorrem exclusivamente por má gestão. Essa situação não apenas afeta a população que deixa de ser atendida naquele momento específico. A frequente e inexplicável deficiência nas condições de trabalho impactam diretamente o ânimo dos profissionais em seu cotidiano.

Colaboradores que participaram dos seminários do Programa de Governo

Antonio Carlos de Oliveira, Aberides Alves da Silva, Adnilson S. de Lara, Alexandre Campos, Anesio Manoel Aguiar, Benedito Rosa da Silva, Carlos Mesquita de Magalhães, David Brandão Martins, Edson Benedito Rondon, Eliane Coelho do Nascimento, Elizeth Lucia Araujo, Ércio Arruda, Eroisa de Mello, Fabiano Toraco Borges, Getúlio, Gilmar Soares Ferreira, Ideueno Fernandes de Souza, Inacio Werner, James Frank Mendes Cabral, Janes Cleide S. Oliveira, Miranda, João Luiz Dourado, Joaquim Ventura Lopes, Jovaldo Facincane da Silva, Julio Cesar C. Duarte, Julio S.Muller Neto, Leana Oliveira Freitas, Leonel Wohlfahrt, Lindomar Dias, Lígia da Silva Viana, Lívia Theodoro do Amaral, Luis Pantanal, Luzineia Antonia Bispo Cunha, Mairlon de Queiroz Rosa, Maria Amélia, Maria Angela C. Martins, Maria Izabel Ferreira, Mariana Gouveia, Naldson R. Costa, Oscemário Daltro, Paulo Henrique Martins, Reginaldo Silva Araujo, Robinson Cireia, Rodney Santos, Roselene Ferreira Gonçalves, Saguio M. Santos, Sandro Barbosa da Silva, Selma Aparecida, Silvio Araujo Pereira, Thiago O. Rodrigues, Umbelino Neves, Vera Bertoline, Vera Lucia Honorio Anjos, Wilton Santos.Colaboração das Caravanas da Cidadania:

Durante o processo de elaboração deste trabalho Lúdio visitou todos os 141 municípios de Mato Grosso dialogando com as pessoas e coletando impressões e sugestões para a construção de um Estado mais sensível as verdadeiras necessidades da população.

Todas as proposições coletadas foram encaminhadas para enriquecerem os debates que aconteceram durante os Seminários do Programa de Governo. Após essa reflexão coletiva foram compiladas e incorporadas no texto final.

Desse modo, **todos os mato-grossenses** que recepcionaram as Caravanas da Cidadnia são **co-autores do presente trabalho**.

Governador

LUDIO ★ 13

vice Teté Bezerra